

# A Ilusão do Livre-arbítrio

Robert Blatchford

A ilusão do livre-arbítrio foi um obstáculo no caminho do pensamento humano durante milhares de anos. Vejamos se o senso comum e o conhecimento não o podem remover.

O livre-arbítrio é um assunto de grande importância para nós neste caso e devemos tratá-lo com os olhos bem abertos e com a inteligência bem desperta; não porque seja muito difícil, mas porque tem sido atado e torcido num emaranhado de nós cegos durante vinte séculos cheios de filósofos palavrosos e malsucedidos.

O partido do livre-arbítrio clama que o homem é responsável pelos seus atos, porque a sua vontade é livre de escolher entre o certo e o errado.

Respondemos que a vontade não é livre e que se fosse, o homem não poderia conhecer o certo e o errado enquanto não fosse ensinado.

O partido do livre-arbítrio afirmará que, no que respeita ao conhecimento do bem e do mal, a consciência é um guia seguro. Mas eu já provei que a consciência não nos diz e não nos pode dizer o que está certo e o que está errado; apenas nos recorda das lições que aprendemos acerca do certo e errado.

A “suave voz baixa” não é a voz de Deus: é a voz da hereditariedade e do meio.

E agora para a liberdade da vontade.

Quando um homem diz que a sua vontade é livre, ele quer dizer que é livre de todo o controle ou interferência; que pode dominar a hereditariedade e o meio.

Respondemos que a vontade é governada pela hereditariedade e pelo meio.

A causa de toda a confusão neste assunto pode ser mostrada em poucas palavras.

Quando o partido do livre-arbítrio diz que o homem tem livre-arbítrio, eles querem dizer que ele é livre de agir como escolhe agir.

Não há necessidade de o negar. *Mas o que o faz escolher?*

Este é o *eixo* em torno do qual toda a discussão gira.

O partido do livre-arbítrio parece pensar na vontade como algo independente do homem, como algo fora dele. Eles parecem pensar que a vontade decide sem o controle da razão humana.

Se fosse assim, não provaria que o homem é responsável. “A vontade” seria responsável e não o homem. Seria tão ridículo censurar um homem pelo ato de uma vontade “livre” como censurar um cavalo pela ação do seu cavaleiro.

Mas vou provar aos meus leitores, apelando ao seu senso comum e ao seu conhecimento comum, que a vontade não é livre; e que é governada pela hereditariedade e pelo meio.

Para começar, o homem comum estará contra mim. Ele sabe que escolhe entre dois percursos a toda a hora, e frequentemente a todo o minuto, e pensa que a sua escolha é livre. Mas isso é uma ilusão; a sua escolha não é livre. Ele pode escolher e, de fato, escolhe. Mas ele pode apenas escolher como a sua hereditariedade e o seu meio o fazem escolher. Ele nunca escolhe e nunca escolherá a não ser como a sua hereditariedade e o seu meio — o seu temperamento e a sua formação — o fazem escolher. E a sua hereditariedade e o seu meio fixaram a sua escolha antes de ele o fazer.

O homem comum diz “Sei que posso agir como desejo agir.” Mas o que o faz desejar?

O partido do livre-arbítrio diz “Nós sabemos que um homem pode e efetivamente escolhe entre dois atos”. Mas o que decide a escolha?

Há uma causa para todo o desejo, uma causa para toda a escolha; e toda a causa de todo o desejo e escolha tem origem na hereditariedade ou no meio.

Pois um homem age sempre devido ao temperamento, que é hereditariedade, ou devido à formação, que é meio.

E nos casos em que um homem hesita ao escolher entre dois atos, a hesitação é devida a um conflito entre o seu temperamento e a sua

formação ou, como alguns o exprimem, “entre o seu desejo e a sua consciência”.

Um homem está a praticar tiro ao alvo com uma arma quando um coelho se atravessa na sua linha de fogo. O homem tem os olhos postos no coelho e o dedo no gatilho. A vontade humana é livre. Se ele carregar no gatilho, o coelho é morto.

Ora, como é que o homem decide se dispara ou não? Ele decide por intermédio do sentimento e da razão.

Ele gostaria de disparar apenas para ter a certeza de que é capaz de acertar. Ele gostaria de disparar porque gostaria de ter coelho para o jantar. Ele gostaria de disparar porque existe nele o antiquíssimo instinto caçador de matar.

Mas o coelho não lhe pertence. Ele não tem a certeza de que não se mete em sarilhos se o matar. Talvez — se ele for um tipo de homem fora do comum — sinta que seria cruel e covarde matar um coelho indefeso.

Bem, a vontade do homem é livre. Se quiser, ele pode disparar; se quiser, ele pode deixar ir o coelho. Como decidirá ele? De que depende a sua decisão?

A sua decisão depende da força relativa do seu desejo de matar o coelho, dos seus escrúpulos acerca da crueldade, e da lei.

Além disso, se conhecêssemos o homem muito bem, poderíamos

adivinhar como o seu livre-arbítrio agiria antes que tivesse agido. O desportista britânico comum mataria o coelho. Mas sabemos que há homens que nunca matariam uma criatura indefesa.

De um modo geral, podemos dizer que o desportista desejaria disparar e que o humanitarista não desejaria disparar.

Ora, como as vontades de ambos são livres, deve ser alguma coisa fora das vontades que faz a diferença.

Bem, o desportista matará porque é um desportista; o humanitarista não matará porque é um humanitarista.

E o que faz de um homem um desportista e de outro um humanitarista? Hereditariedade e meio: temperamento e formação.

Um homem é, por natureza, misericordioso e outro cruel; ou um é, por natureza, sensível e outro insensível. Esta é uma diferença de hereditariedade.

Um pode ter sido toda a sua vida ensinado que matar animais selvagens é “desporto”; o outro pode ter sido ensinado que é inumano e errado; esta é uma diferença de meio.

Ora, o homem por natureza cruel ou insensível, que foi treinado para pensar que matar animais é um desporto, torna-se aquilo a que chamamos um desportista, porque a hereditariedade e o meio fizeram dele um desportista.

A hereditariedade e o meio do outro homem fizeram dele um

humanitarista.

O desportista mata o coelho porque é um desportista, e é um desportista porque a hereditariedade e o meio fizeram dele um desportista.

Isso é dizer que o “livre-arbítrio” é realmente controlado pela hereditariedade e pelo meio.

Permitam-me que dê um exemplo. Um homem que nunca pescou foi levado à pesca por um pescador. Ele gostou do desporto e durante alguns meses praticou-o entusiasticamente. Mas um dia um acidente convenceu-o da crueldade que é apanhar peixes com um anzol e ele pôs de lado imediatamente a sua cana e nunca mais voltou a pescar.

Antes da mudança, se era convidado, ele estava sempre ansioso por ir pescar; após a mudança, ninguém conseguia persuadi-lo a tocar numa linha. A sua vontade foi sempre livre. Como se transformou então a sua vontade de pescar na sua vontade de não pescar? Foi consequência do meio. Ele aprendeu que pescar é cruel. O conhecimento controlou a sua vontade.

Mas, pode perguntar-se, como explica que um homem faça o que não deseja fazer?

Nenhum homem alguma vez faz uma coisa que não deseja fazer. Quando há dois desejos impera o mais forte.

Suponhamos o seguinte caso. Uma jovem recebe duas cartas no

mesmo correio; uma é um convite para ir com o seu namorado a um concerto, a outra é um pedido para que visite uma criança doente num bairro de lata. A rapariga é uma grande apreciadora de música e recebe bairros de lata. Ela deseja ir ao concerto e estar com o namorado; ela recebe as ruas imundas e as casas sujas, e evita correr o risco de contrair sarampo ou febre. Mas ela vai ver a criança doente e não vai ao concerto. Por quê?

Porque o seu sentido do dever é mais forte do que seu amor próprio.

Ora, o seu sentido do dever é em parte devido à sua natureza — isto é, à sua hereditariedade — mas é principalmente devido ao meio. Como todos nós, a rapariga nasceu sem quaisquer conhecimentos e com apenas uns rudimentos de uma consciência. Mas foi bem ensinada e a instrução faz parte do seu meio.

Podemos dizer que a rapariga é livre de agir como escolhe, mas ela age *de fato* como foi *ensinada* que *deve* agir. Este ensino, que faz parte do seu meio, controla a sua vontade.

Podemos dizer que um homem é livre de agir como escolhe. Ele é livre de agir como *ele* escolhe, mas *ele* escolherá como a hereditariedade e o meio *o* fizerem escolher. Porque a hereditariedade e o meio fizeram com que ele seja aquilo que é.

Diz-se que um homem é livre de decidir entre dois percursos. Mas na realidade ele é apenas livre de decidir de acordo com o seu temperamento e a sua formação...

Macbeth era ambicioso; mas ele tinha consciência. Ele queria a coroa de Duncan; mas ele recuava perante a traição e a ingratidão. A ambição puxava-o num sentido, a honra puxava-o no outro. As forças opostas estavam tão uniformemente equilibradas que ele parecia incapaz de decidir-se. Era Macbeth livre de escolher? Até que ponto era ele livre? Ele era tão livre que não conseguia decidir-se e foi a influência da sua mulher que inclinou a balança para o lado do crime.

Era Lady Macbeth livre de escolher? Ela não hesitou. Porque a sua ambição era de tal modo mais forte que a sua consciência que ela nunca teve dúvidas. Ela escolheu como a sua toda-poderosa ambição a compeliu a escolher.

E a maior parte de nós nas nossas decisões assemelhamo-nos a Macbeth ou à sua mulher. Ou a nossa natureza é de tal modo mais forte do que a nossa formação, ou a nossa formação é de tal modo mais forte que a nossa natureza, que decidimos para o bem e para o mal tão prontamente quanto um rio decide correr colina abaixo; ou a nossa natureza e a nossa formação estão tão bem equilibradas que dificilmente podemos decidir.

No caso de Macbeth a competição é clara e fácil de seguir. Ele era ambicioso e o seu meio ensinou-lhe a olhar a coroa como uma possessão gloriosa e desejável. Mas o meio também lhe ensinou que o assassinato, a traição e a ingratidão são perversos e deploráveis.

Se nunca lhe tivessem ensinado estas lições ou se lhe tivessem ensinado que a gratidão é uma tolice, que a honra é uma fraqueza, e



que o assassinato é desculpável quando leva ao poder, ele não teria de todo hesitado. Foi o seu meio que impediu a sua vontade...

A ação da vontade depende sempre da força relativa de dois ou mais motivos. O motivo mais forte decide a vontade; tal como o peso mais pesado decide o equilíbrio dos pratos de uma balança...

Como podemos, então, acreditar que o livre-arbítrio é exterior e superior à hereditariedade e ao meio? ...

“O quê! Um homem não pode ser honesto se escolher sê-lo?” Sim, se escolher sê-lo. Mas essa é apenas outra forma de dizer que ele pode ser honesto se a sua natureza e a sua formação o levarem a escolher honestamente.

“O quê! Não posso satisfazer-me quer beba ou me abstenha de beber?” Sim. Mas isso é apenas dizer que não irás beber porque *te* apraz estar sóbrio. Mas apraz a outro homem beber, porque o seu desejo por bebida é forte ou porque a sua autoestima é fraca.

E tu decides como decides e ele decide como decide, porque tu és *tu* e ele é *e/e*; e a hereditariedade e o meio fizeram de ambos o que são.

E o homem sóbrio pode passar por tempos maus e perder a autoestima, ou achar o fardo dos seus problemas maior do que aquilo que ele pode aguentar e cair na bebida para se consolar ou esquecer, e tornar-se um bêbado. Não acontece isto frequentemente?

E o bêbado pode, devido a algum choque, ou a algum desastre, ou a

alguma paixão, ou a alguma persuasão, recuperar a autoestima e renunciar à bebida e levar uma vida sóbria e útil. Não acontece isto frequentemente?

E em ambos os casos a liberdade da vontade permanece intacta: é a mudança no meio que eleva os caídos e lança os honrados por terra.

Podemos dizer que a vontade de uma mulher é livre e que ela poderia, se o desejasse, saltar de uma ponte e afogar-se. Mas ela não pode *desejar*. Ela é feliz, ama a vida e teme o rio frio e rastejante. E, no entanto, devido a alguma cruel volta da roda da fortuna, ela pode tornar-se pobre e infeliz; tão infeliz que odeia a vida e está ansiosa pela morte e, *por isso*, pode saltar para o temeroso rio e morrer.

A sua vontade é tão livre numa altura como na outra. Foi o meio que forjou a mudança. Antigamente ela não podia desejar morrer; agora não pode desejar viver.

Os apóstolos do livre-arbítrio acreditam que todos os homens são livres. Mas um homem pode apenas desejar aquilo que é capaz de desejar. E um homem é capaz de desejar aquilo que outro homem é incapaz de desejar. Negá-lo é negar os fatos da vida mais comuns e mais óbvios...

Todos sabemos que podemos prever a ação de certos homens em certos casos, porque conhecemos os homens.

Sabemos que nas mesmas condições Jack Sheppard irá roubar e que Cardinal Manning não irá roubar. Sabemos que nas mesmas condições o marinheiro irá namoriscar com a empregada de balcão e o padre não

irá; que o bêbado se embebedará, e o abstêmio manter-se-á sóbrio. Sabemos que Wellington recusaria um suborno, que Nelson não fugiria, que Bonaparte agarrar-se-ia ao poder, que Abraham Lincoln seria leal ao seu país, que Torquemada não pouparia um herético. Por quê? Se a vontade é livre, como podemos estar certos, antes de o teste ocorrer, de como a vontade deve agir?

Simplesmente porque sabemos que a hereditariedade e o meio formaram e moldaram de tal modo os homens e as mulheres que em certas circunstâncias a ação das suas vontades é certa.

A hereditariedade e o meio tendo feito de um homem um ladrão, ele irá roubar. A hereditariedade e o meio tendo feito de um homem honesto, ele não irá roubar.

Quer dizer, a hereditariedade e o meio decidiram a ação da vontade antes de ter chegado a altura da vontade agir.

Sendo as coisas assim — e todos sabemos que são assim — o que acontece à soberania da vontade?

Deixemos qualquer homem que acredite que pode “agir como lhe agrada” perguntar a si mesmo *por que* lhe agrada e ele verá o erro da teoria do livre-arbítrio e irá compreender por que a vontade é escrava e não mestre do homem: porque o homem é o produto da hereditariedade e do meio e estes controlam a vontade.

Como queremos esclarecer tanto quanto possível este assunto, consideremos um ou dois exemplos familiares da ação da vontade.

Jones e Robinson encontram-se e têm um copo de whisky. Jones pergunta a Robinson se quer outro. Robinson diz, “não, obrigado, chega um”. Jones diz “está bem; tome outro cigarro”. Robinson aceita o cigarro. Ora, temos aqui um caso em que um homem recusa uma segunda bebida, mas aceita um segundo cigarro. É porque iria gostar de fumar outro cigarro, mas não iria gostar de beber outro copo de whisky? Não. É porque sabe que é *mais seguro* não beber outro copo de whisky.

Como sabe ele que o whisky é perigoso? Ele aprendeu-o — no seu meio.

“Mas ele *poderia* ter bebido outro copo se o tivesse desejado.”

Mas ele não poderia ter desejado beber outro copo, porque havia algo que ele desejava mais — estar seguro.

E por que quer ele estar seguro? Porque ele aprendeu — no seu meio — que era prejudicial, inútil e indecoroso ficar bêbado. Porque ele aprendeu — no seu meio — que é mais fácil evitar adquirir um mau hábito do que eliminar um mau hábito uma vez adquirido. Porque ele deu valor à boa opinião dos seus vizinhos e à sua posição e perspectivas de futuro.

Estes sentimentos e este conhecimento governaram a sua vontade e fizeram-no recusar o segundo copo.

Mas não há nenhum sentimento de perigo, nenhuma lição bem aprendida de risco para impedir a sua vontade de fumar outro cigarro. A hereditariedade e o meio não o previnem contra isso. Assim, para

agradar ao seu amigo e a si mesmo, ele aceitou.

Agora suponha que Smith oferece a Williams outro copo. Williams aceita, bebe vários copos e vai depois para casa — como frequentemente vai para casa. Por quê?

Em grande medida porque tem o hábito de beber. Não só a mente repete instintivamente uma ação, como, no caso da bebida, uma grande ânsia física é ativada e o cérebro enfraquecido. É mais fácil recusar o primeiro copo do que o segundo; mais fácil recusar o segundo do que o terceiro; é muito mais difícil para um homem que frequentemente se embriega manter-se sóbrio.

Assim, quando o pobre Williams tem de fazer a sua escolha, tem o hábito contra ele, tem uma grande ânsia física contra ele e tem um cérebro enfraquecido com que pensar.

“Mas Williams poderia ter recusado o primeiro copo.”

Não. Porque, no seu caso, o desejo de beber, ou de agradar a um amigo, era mais forte do que o seu medo do perigo. Ou pode não ter tido tanta consciência do perigo quanto Robinson. Ele pode não ter sido tão bem ensinado, ou pode não ter sido tão sensato, ou pode não ter sido tão cuidadoso. De modo que a sua hereditariedade e o seu meio, o seu temperamento e a sua formação, o levaram a tomar a bebida com tanta certeza quanto a hereditariedade e o meio de Robinson o levaram a recusar.

E agora é a minha vez de fazer uma pergunta. Se a vontade é “livre”,

se a consciência é um guia seguro, como é que o livre-arbítrio e a consciência de Robinson o fizeram manter-se sóbrio, enquanto o livre-arbítrio e a consciência de Williams o fizeram embebedar-se?

A vontade de Robinson foi contida por certos sentimentos que não conseguiram conter a vontade de Williams. Porque no caso de Williams os sentimentos no outro sentido eram mais fortes.

Foi a natureza e a formação de Robinson que o fizeram recusar o segundo copo e foi a natureza e a formação de Williams que o fizeram beber o segundo copo.

O que teve o livre-arbítrio a ver com isto?

Disseram-nos que *todos* os homens têm um livre-arbítrio e uma consciência.

Ora, se Williams tivesse sido Robinson, isto é, se a sua hereditariedade e o seu meio tivessem sido exatamente como os de Robinson, ele teria agido exatamente como Robinson agiu.

Foi porque a sua hereditariedade e o seu meio não eram o mesmo que o seu ato não foi o mesmo.

Tinham ambos livre-arbítrio. O que levou um a fazer aquilo que o outro se recusou a fazer? Hereditariedade e meio. Para inverter a sua conduta teríamos de inverter a sua hereditariedade e o seu meio...

Dois rapazes têm um emprego difícil e desagradável. Um deixa esse emprego e arranja outro, “sobe na vida” e é elogiado por ter subido na

vida. O outro se mantém naquele emprego toda a sua vida, trabalha muito toda a sua vida e é respeitado como um trabalhador honesto e humilde; quer dizer, ele é visto pela sociedade como Mr. Dorgan era visto por Mr. Dooley — “ele é um excelente homem, mas eu desprezo-o”.

O que faz com que estas duas vontades livres sejam tão diferentes? Um rapaz sabia mais do que o outro. Ele “conhecia mais”. Todo o conhecimento é meio. Os dois rapazes tinham livre-arbítrio. Era no conhecimento que diferiam: meio!

Aqueles que exaltam o poder da vontade e menosprezam o poder do meio desmentem as suas palavras pelos seus atos.

Porque eles não mandariam os seus filhos para o meio de más companhias ou permitiriam que eles lessem maus livros. Não diriam que as crianças têm livre-arbítrio e, portanto, o poder de agarrar o bom e largar o mau.

Sabem muito bem que um mau meio tem o poder de perverter a vontade e que um bom meio tem o poder de dirigi-la pelo bom caminho.

Eles sabem que as crianças podem ser tornadas boas ou más por uma boa ou má formação e que a vontade segue a formação.

Sendo assim, eles devem também admitir que os filhos das outras pessoas podem ser bons ou maus por formação.

E se uma criança tem uma má formação, como pode o livre-arbítrio salvá-la? Ou como pode ela ser censurada por ser má? Nunca teve oportunidade de ser boa. Que sabem isto é provado pelo cuidado que colocam em providenciar aos seus próprios filhos um meio melhor.

Como disse antes, cada igreja, cada escola, cada lição de moral é uma prova de que os pregadores e os professores confiam no bom meio, e não no livre-arbítrio, para tornar as crianças melhores.

Nesta, como em muitas outras matérias, as ações falam mais alto do que as palavras.

Isto, espero eu, desata os muitos nós com que milhares de homens eruditos ataram o tema simples do livre-arbítrio e destrói a alegação de que o homem é responsável porque a sua vontade é livre. Mas há uma outra causa de erro, relacionada com este assunto acerca da qual gostaria de dizer umas quantas palavras.

Ouvimos frequentemente dizer que um homem deve ser censurado pela sua conduta porque “ele conhece melhor”.

É verdade que os homens agem erradamente quando conhecem melhor. Macbeth “conhecia melhor” quando assassinou Duncan. Mas também é verdade que frequentemente pensamos que um homem “conhece melhor” quando ele não conhece melhor.

Porque não se pode dizer que um homem conhece uma coisa enquanto não acreditar nela. Se me disserem que a Lua é feita de queijo verde, não se pode dizer que *sei* que é feita de queijo verde.



Muitos moralistas parecem confundir a palavra “conhecer” com a palavra “ouvir”.

Jones lê novelas e toca música de ópera ao Domingo. O Puritano diz que Jones “conhece melhor” quando quer dizer que disseram a Jones que é errado fazer essas coisas.

Mas Jones não sabe que isso é errado. Ele ouviu alguém dizer que é errado, mas não acredita nisso. Portanto, não é correto dizer que ele sabe.

E igualmente no que respeita à crença. Alguns moralistas sustentam que é mau não acreditar em certas coisas e que os homens que não acreditam nessas coisas serão punidos.

Mas um homem não pode acreditar numa coisa que lhe dizem para acreditar; ele pode apenas acreditar numa coisa em que ele *pode* acreditar; e ele pode apenas acreditar naquilo que a sua própria razão lhe diz que é verdade.

Seria inútil pedir a Sir Roger Ball que acredite que a Terra é plana. Ele *não poderia* acreditar nisso.

É inútil pedir a um agnóstico que acredite na história de Jonas e da baleia. Ele *não poderia* acreditar nela. Ele pode fingir que acredita. Ele pode tentar acreditar nela. Mas a sua razão não lhe permitiria acreditar nela.

Portanto, é um erro dizer que um homem “conhece melhor” quando lhe

disseram “melhor” e ele não pode acreditar no que lhe disseram.

Essa é uma questão simples e parece muito banal; mas quanta má-vontade, quanta intolerância, quanta violência, perseguições e assassinatos foram causados pela estranha ideia de que o homem é mau porque a *sua razão não pode* acreditar no que para outra razão humana [é] absolutamente verdade.

O livre-arbítrio não tem qualquer poder sobre as crenças de um homem. Um homem não pode acreditar por querer, mas apenas por convicção. Um homem não pode ser forçado a acreditar. Podes ameaçá-lo, feri-lo, bater-lhe, queimá-lo; e ele pode ser assustado, irritado ou atormentado; mas não pode *acreditar*, nem se pode obrigá-lo a acreditar. Até que seja convencido.

Ora, embora isto possa parecer um truísmo, penso que é necessário dizer aqui que um homem não pode ser convencido nem pela ofensa nem pelo castigo. Ele pode apenas ser convencido pela *razão*.

Sim. Se quisermos que um homem acredite numa coisa, teremos de encontrar umas quantas razões mais poderosas do que um milhão de pragas ou um milhão de baionetas. Queimar um homem vivo por não acreditar que o Sol gira em torno da Terra não é convencê-lo. O fogo é penetrante, mas não lhe parece ser relevante para a questão. Ele nunca duvidou de que o fogo queima; mas talvez os seus olhos moribundos possam ver o Sol a pôr-se no Oeste, à medida que o mundo gira no seu eixo. Ele morre com a sua crença. E não conhece “melhor”.

autor: Robert Blatchford

tradução: Álvaro Nunes

fonte: Filosofia e Educação

original: Guilty, Albert and Charles Boni, Inc., 1913